

**OS INTELLECTUAIS DA EDUCAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: O
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS****LOS INTELLECTUALES EDUCATIVOS ENTRE HISTORIA Y MEMORIA: EL
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDIOS BRASILEÑOS****THE EDUCATIONAL INTELLECTUALS BETWEEN HISTORY AND MEMORY:
THE SUPERIOR INSTITUTE OF BRAZILIAN STUDIES**

Recebido em: 20/09/2021

Aceito em: 10/12/2021

Cleber Ferreira dos Santos¹

Resumo: Este trabalho teve como principal objetivo compreender, de que modo um grupo de intelectuais, imersos na política desenvolvimentista do Brasil da década de 1950 representaram, através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a problemática do (Sub) desenvolvimento como um projeto de educação. Posto ser este um estudo de caráter histórico, como fonte de pesquisa privilegiamos um documento descrito como Relatório Sucinto de Atividades do ISEB, dando ênfase a aulas que foram ministradas e publicadas, no período entre 1956 a 1960, com o objetivo de entender o papel ocupado pela educação na política desenvolvimentista do Brasil daquele tempo. Para tanto, fundamentamos nosso trabalho a partir de uma perspectiva Histórico Cultural, privilegiando o esquema conceitual de Roger Charter (1990). Como resultado, podemos afirmar, que a educação presente no ISEB teve como principal objetivo intervir na problemática do subdesenvolvimento daquela época, a partir de um ideal de “novo modelo de homem”, propagado através de aulas em circulação no interior do MEC. Neste sentido, as aulas lecionadas no Ministério da Educação cumpriam não só um papel pedagógico, mas também político, cuja finalidade era relevar as principais problemáticas que impediam o Brasil de romper com o subdesenvolvimento sociocultural e político-econômico daquela época.

Palavras-chave: Iseb; Intelectuais; Educação; Representações.

Resumen: El objetivo principal de este trabajo fue comprender cómo un grupo de intelectuales, inmersos en la política de desarrollo de Brasil en la década de 1950, representó, a través del Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), el tema del (Sub) desarrollo como proyecto de educación. Dado que se trata de un estudio de carácter histórico, como fuente de investigación nos decantamos por un documento denominado Informe Resumen de Actividades del ISEB, con énfasis en las clases que fueron impartidas y publicadas en el período comprendido entre 1956 y 1960, con el objetivo de comprender el papel desempeñado. .para la educación en la política de desarrollo de Brasil en ese momento. Por ello, basamos nuestro trabajo desde una perspectiva Histórico-Cultural, privilegiando el esquema conceptual de Roger Charter (1990). En consecuencia, podemos afirmar que la educación presente en el ISEB tenía como principal objetivo intervenir en la problemática del subdesarrollo en ese momento, desde un ideal de “nuevo modelo de hombre”, propagado a través de las clases en circulación dentro del MEC. En este sentido, las clases impartidas en el Ministerio de Educación cumplieron no solo un rol pedagógico, sino también político, cuyo propósito era resaltar los principales problemas que impedían a Brasil romper con el subdesarrollo sociocultural y político-económico de esa época.

Palabras-chaves: Iseb; Intelectuales; Educación; Representaciones.

Abstract:The main objective of this work was to understand how a group of intellectuals, immersed in the development policy of Brazil in the 1950s, represented, through the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), the issue of (Sub) development as a project of education. Since this is a study of a historical nature, as a research source we favored a document described as the ISEB's Summary Report of Activities, emphasizing

¹ Doutorando em história social das ideias políticas, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Educação pela mesma Universidade. Atualmente desenvolve pesquisa sobre o pensamento político do intelectual Hélio Jaguaribe. Email: santos160902@gmail.com

classes that were taught and published in the period between 1956 and 1960, with the aim of understanding the role played. for education in the developmental policy of Brazil at that time. Therefore, we base our work from a Historical-Cultural perspective, privileging the conceptual scheme of Roger Charter (1990). As a result, we can affirm that the education present at ISEB had as its main objective to intervene in the problematic of underdevelopment at that time, from an ideal of “new model of man”, propagated through classes in circulation within the MEC. In this sense, the classes taught at the Ministry of Education fulfilled not only a pedagogical role, but also a political one, whose purpose was to highlight the main problems that prevented Brazil from breaking with the sociocultural and political-economic underdevelopment of that time.

Keyword: Iseb; Intellectuals; Education; Representations.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, traz os resultados de um trabalho desenvolvida junto ao PPGE/UFES, na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas. Entre seus objetivos, buscamos compreender de que modo um grupo de intelectuais representou o subdesenvolvimento do Brasil dos anos de 1950, através de um projeto de Educação. Como resultado, podemos afirmar, que os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), contribuíram, para o delineamento de uma compreensão político-educacional do (Sub) desenvolvimento, através de aulas ministradas e postas em circulação a partir do Ministério da Educação e Cultura (MEC), nos idos dos anos 50.

Constituído em 14 de julho de 1955, e inaugurado em 7 de outubro do mesmo ano, o ISEB teve seus objetivos e finalidade descritos no Decreto nº 37.608/55, que instituiu no Ministério da Educação e Cultura (MEC), um curso de altos estudos sociais e políticos. Esse Instituto, teve como principal finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que pudessem permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.

Dito isso, foi possível notar um diálogo bastante fecundo entre o ISEB e o campo da educação, que, no entanto, não havia sido explorado, tendo em vista que os poucos trabalhos escritos acerca do ISEB, e seus intelectuais haviam tido enfoque na política nacionalista. Nesse sentido, nosso trabalho buscou evidenciar, através de uma pesquisa histórica, o lugar ocupado pela educação no pensamento isebiano. A partir daí, objetivamos estudar as representações do subdesenvolvimento que circularam entre 1956 e 1960, no intuito de compreender o papel deste centro de ensino na circulação de representações, buscando entender o papel dessas representações na política desenvolvimentista dos anos 50.

Assim sendo, ressaltamos que muitas pesquisas que antecederam a nossa, tendo o ISEB como objeto, apontou a educação no/do ISEB como sendo “ideológica”, hipótese diversa da nossa, já que acreditamos que ela se configurou entre práticas e representações, clarificando o mundo social. Neste ponto, nosso trabalho fecha mais uma lacuna, ao trilhar por uma perspectiva histórico-cultural da história da educação brasileira.

O ISEBE ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

De acordo com o decreto nº 37.608/55, que instituiu no Ministério da Educação e Cultura (MEC) um curso de altos estudos sociais e políticos, O ISEB teria a seguinte missão:

O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (BIBLIOTECA NACIONAL, Brasil. **Relatório Sucinto de Atividades do ISEB**. Instituto Nacional do Livro (52, 30, 49). Rio de Janeiro, 1963, p. 63).

Segundo Hélio Jaguaribe (2005), um de seus fundadores, as atividades do ISEB consistia-se de cursos anuais, mantendo-se, igualmente, um ciclo anual de conferências sobre problemas brasileiros, onde também se procedia à publicação de livros de autoria de seus membros, como bem nos descreve:

Esses cursos eram basicamente divididos em duas partes: a primeira parte consistia em um sucinto delineamento dos aspectos fundamentais das disciplinas lecionadas, e a segunda parte consistia na análise, à luz de cada uma dessas disciplinas, dos principais problemas brasileiros, e na discussão de como superá-los (JAGUARIBE, apud TOLEDO, 2005, p. 35).

A fundação do ISEB, neste sentido, nascia de um primeiro referencial de época fundadora, segundo Candido Mendes (apud TOLEDO, 1960, p.13), qual seja: “da busca, de fato, de nosso ser de nação, logrado pela efetiva capacidade do país de autodeterminação”. Assim sendo, conjugava-se para o Instituto a tarefa de um “que fazer”, com a efetiva militância do intelectual como tal”. Portanto, a formação do ISEB foi o *modus operandi* encontrado por seus intelectuais para intervirem diretamente no processo de desenvolvimento nacional, como também reivindicar um espaço para pesquisas e altos estudos que pudesse permitir um lugar de destaque para a ação intelectual.

O ISEB, como uma representação, colocou em circulação através de cursos, conferências, aulas e obras publicadas por parte de seus intelectuais, toda a experiência vivida no passado, bem com depositou sua expectativa em um projeto pautado no por vir, e no ainda não. E nesse horizonte vale recordar o trabalho de Roger Chartier, pois como ele anotou com agudeza, “[...] as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas do mundo social, elas possuem energia própria que persuade seus leitores, ou seus espectadores, que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem (CHARTIER, apud ROCHA, 2011, p.27).

Chartier, como intelectual engajado, também teve seus trabalhos desenhados por representações de instituições, como foi o caso da *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, como bem expressou o autor em voga.

Minhas primeiras pesquisas e proposições associavam intimamente um trabalho dedicado ao livro e à leitura a uma avaliação crítica de herança do *Annales*, que eu não fui o único a desenvolver. Não teria sido possível elaborá-las sem o trabalho de seminários e de pesquisas coletivas realizadas na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (CHARTIER, apud ROCHA, 2011, p. 28).

Como podemos notar, os intelectuais, em muitos casos, se valem de instituições públicas ou privadas para desenvolverem suas pesquisas e colocar em circulação suas representações, e com o ISEB não foi diferente. A representação que o ISEB criou, era a de que seria preciso formular um novo modelo de homem², para seu presente e futuro, afim de possibilitar para o Brasil de sua época um desenvolvimento autônomo, sem dependentismo estrangeiro.

Este sonho começou a se tornar realidade a partir da ação direta de seus intelectuais, sobretudo a do cientista político Hélio Jaguaribe, do filósofo Roland Corbisier, do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, do historiador Candido Mendes, do também historiador Werneck Sodr e, e do filósofo  lvvaro Vieira Pinto. Isso, considerando a atua o direta desses sujeitos da a o nos campos político, cultural e educacional de seu tempo.   por esse fato que interpretamos os isebianos históricos como sendo uma comunidade interpretativa, assim como percebido por Roger Chartier (1990), compreendido como um grupo de pessoas de certa época, que compartilham formas de ver e estar no mundo, esboçando ideias e representa es a respeito desse mundo.

² Expressão cunhada pelo filósofo e professor do ISEB,  lvvaro Vieira Pinto, em aula inaugural do ISEB, em 1956, como sin nimo de um Brasil desenvolvido.

Consequentemente, os isebianos construíram uma realidade mediante configurações intelectuais múltiplas, estabelecendo práticas que visavam construir uma determinada identidade social, e propondo uma forma específica de ser e estar no mundo. Para tanto, se valiam de ferramentas teóricas e práticas, a partir dos resultados de pesquisas obtidas pelas ciências humanas, afim de suscitem os principais entraves que impediam que o Brasil alcançasse voos econômicos, políticos e sociais mais altos, buscando o rompimento com o passado.

O ISEB passou a ser um dos centros de elaboração mais importante do período histórico que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo, e marcou todo o processo político brasileiro desde a morte de Vargas, em 1954, até a queda de João Goulart em 1964. Logo após sua criação, em julho de 1955, seus dirigentes ficaram com a tarefa de organizá-lo, sendo designado um conselho curador, que fora integrado por oito membros designados pelo Ministro da Educação e Cultura (MEC).

Este conselho curador, tinha a assistência de um conselho consultivo, composto por cinquenta membros, também designado pelo ministro da educação, que nesse período estava sobre a tutela de Motta Filho, ministro na gestão do então Presidente Café Filho. Motta Filho, em questão, nomeou como membros do Conselho curador Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Jaguaribe, Hélio Cabral, Roberto Campos, Roland Corbisier e Themistocles Cavalcante, sendo indicado como diretor executivo do ISEB, o professor Roland Corbisier.

Essa organização se confundia e muito com a política desenvolvimentista adotada pelo Presidente JK, que desde os primeiros anos de ISEB havia adotado em seus discursos, a importância de um Instituto na promoção do desenvolvimento nacional. Percebe-se, que a presença do presidente da República na inauguração da nova sede do ISEB, sendo ele o agente principal daquela solenidade, era uma concordância clara de toda ideologia que estava nascendo naquele centro de promoção nacional. E assim dizia ele:

Graças ao honroso convívio, anterior à fundação deste instituto, com muitos dos ilustres brasileiros que sonharam e planejaram sua existência, de há muito estava eu consciente do que seriam as finalidades e as atividades do ISEB. Em minha carreira de administrador, que me tem absorvido a melhor parte da vida, prouvo aos céus que não me faltasse o gosto para o trato com os homens da inteligência e pesquisa, e posso orgulhar-me de contar com amigos fraternais de há muito lustros entre aqueles a cuja capacidade de idealizar e lutar se deve hoje esta realidade já tão útil ao Brasil e que é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (...) como presidente da República, conforta-me o espetáculo desta solenidade, em que diviso figuras eminentes das letras e das ciências pátrias, aqui congregadas sem distinções particulares, unidas sob um denominador, que é a vontade de servir ao Brasil, pelo estudo e pela inteligência.

Agradeço-vos orgulhoso o privilegio de viver esses momentos, nos quais formulo ardentes votos para que o vosso instituto, a vossa organização, colha sempre êxito completo em seus trabalhos, para o bem do Brasil³” (KUBITSCHK, 1957, p. 175-179).

Na mesma ocasião, o Ministro da Educação e Cultura (MEC), Clovis Salgado, assinalava que o ISEB se propunha precisamente a secundar os esforços do Vossa Excelência, o Presidente Juscelino Kubitschek, para levar adiante o processo de desenvolvimento do País. De acordo com Toledo (1982, p. 33), as declarações do Ministro da Educação não deixavam margens a dúvidas sobre suas intenções governamentais, “fazer do ISEB um núcleo que assessore, apoie e sustente a política econômica definida no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek”. Símbolo da síntese nacional-desenvolvimentista, o ISEB influenciou numerosos grupos, provocou debates de grande repercussão e forneceu alicerces teóricos para as mais diversas correntes da política dos anos 50/60.

É no intuito de evidenciar o projeto de “homem novo”, elaborado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que neste capítulo tomamos como fonte as aulas publicadas pelo ISEB, através do MEC, entre os anos de 1956 a 1960, pois acreditamos serem elas, a chave de interpretação para o entendimento do que foi o projeto político de educação, presente no ISEB. Tudo isto, sem que se perca os prognósticos de caráter racional, que foram capazes de instaurar um amplo espaço para o “poder-ser”.

IDEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL (1956): POR UM NOVO MODELO DE HOMEM

Como povo, somos formados por um contingente humano, cujo índice de crescimento é excepcionalmente alto, e que está ocupando áreas cada vez mais amplas no nosso espaço. Esse fenômeno de aumento da população brasileira parece-nos o dado fundamental, porque nos coloca em face desta encruzilhada: ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará na medida em que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço da ideologia do progresso, ou, se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo, que nos conduzirá à condição das grandes massas asiáticas (...), esse fato é de importância decisiva, não compreende-lo, não utilizá-lo, é revelar uma das mais nocivas formas de cegueira intelectual, a cegueira para a história (PINTO, 1960, p. 14-15).

Nesta aula inaugural, do curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pronunciada em 14 de maio de 1956, no auditório do MEC, pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto,

³Discurso proferido pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, em 1957, no ato da inauguração da nova sede do ISEB. Biblioteca da presidência da República, discursos, 1957. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

um dado nos chama a atenção: “o problema da existência de determinada comunidade social e o da significação do ser do homem nela situado”. Nesse sentido, o espaço da experiência dos isebianos, nutria-se, portanto, da perspectiva do encontro do lugar das massas nas representações do (sub) desenvolvimento, pois como colocou Pinto (1960, p. 30), “o desenvolvimento teria de ser, necessariamente fenômeno de massas”.

Esta tese nos oferece alguns aspectos importantes a serem considerados. De um lado, a afirmação positiva de que às ideias do processo de desenvolvimento deveria estar na consciência popular, do outro, importa-nos compreender claramente, que esse desenvolvimento não dependeria da ação isolada de indicadores econômicos, e sim da educação de massas. Desta forma, interrogou Pinto (1960, p. 42): “Como se promoverá o progresso da ideologia na consciência nacional, de que modo se difunde, por que meios é possível favorecer essa difusão? Enunciar esta questão é simplesmente formular o problema da educação das massas”.

Infere-se, a partir das concepções de Vieira Pinto, que formular um novo conceito de educação, como parte essencial para o projeto desenvolvimentista de seu tempo, equivaleria imprimir um novo entendimento para o futuro do país, pois de acordo com o filósofo, “uma teoria da educação deveria surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país” (PINTO, 1960, p. 43).

Notemos que ao projetar na educação a tarefa de formular um modelo de homem novo para o Brasil, Pinto (1960), fazia prognósticos claros para o futuro, em uma alusão obstinada à imagem deste “homem simbólico”. Contudo, torna-se imprescindível dedicarmos algumas palavras a uma questão essencial nesta aula ministrada por Vieira Pinto, “o papel ocupado pela filosofia, como disciplina fundamental para o alcance do homem novo, tantas vezes presente nas falas do filósofo”.

Para Pinto (1960), o ponto de vista da sociedade brasileira de seu tempo, sempre esteve pautado no finito, o que impedia que o Brasil realizasse uma compreensão crítica de si e de sua realidade. Reivindicando o infinito (futuro), ele afirmava:

Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica de conjunto; e porque não tivemos filósofos que nos ensinassem a pensar em termos de universalidade, ficamos cantonados em uma compreensão de nós mesmos, produzida a partir de ângulos parciais, embora às vezes amplos e ricos, como na obra de alguns grandes sociólogos (...). Mesmo quando tentavam abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço mundial e no tempo histórico, o fazia segundo a simples e

elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva (PINTO, 1960, p. 13).

Vale destacar, que ao denunciar uma dívida que o país teria com o passado, Pinto (1960) estaria abrindo um horizonte de expectativas com vistas para o futuro. Considerando que nesse mesmo tempo, os intelectuais do ISEB traçavam algumas projeções que tornaria possível a uma determinada comunidade nacional, interpretar sua própria realidade, o problema da existência de determinada comunidade social e o da significação do ser do homem nela situado passou a ser encarado como fundamental, para as projeções isebianas.

Conquanto, esse fenômeno fundamental, por mais imperioso que seja, é muitas vezes mal percebido por aqueles que interpretam o ISEB como sendo uma fábrica ideológica, que acabam cedendo espaço para condições menos originárias, por não notarem que ao dar significação ao homem, os isebianos históricos estariam apresentando traços marcantes de seu projeto de educação. Claro, isto quando entendemos que o projeto do ISEB visou o homem, a emancipação dos homens no seu tempo como símbolo de um país desenvolvido.

E aqui está presente uma diferença fundamental que se segue, ancorar a educação isebiana a uma perspectiva histórico-cultural, pois assim nos afastamos do julgamento dos fatos, condicionado pelo ponto de vista que se adota, para só então, buscarmos a compreensão do campo da educação isebiana, para nós, evidenciado através da força das representações.

E neste momento, julgamos necessárias as posições de Certeau (2012, p. 148), “ao fazer distinção entre o “ser e o fazer”, ou seja, entre aquilo que está estabelecido (um estado), e entre o fazer (transformação)”, que para o teórico, estabelece oposição entre o visível e o invisível, sem que, no entanto, lhe corresponda. Pois assim, entendemos que ao elencar acerca da necessidade de “imprimir um novo rumo à educação”, Pinto (1960, p.43) estaria entre o ser e o fazer. Entre o ser, porque assumiu naquele momento a intervenção naquilo que já estava configurado, o problema; e entre o fazer, pois assim sendo, clamava por transformação.

Em função desse objetivo, ainda de acordo com Pinto (1960), deveria ser revisto os esquemas educacionais, para que a partir de então, fosse possível concentrar os esforços pedagógicos necessários à criação de uma nova mentalidade:

Certamente a reforma a fazer terá de ser profunda, consistirá, antes de tudo, em substituir os quadros educacionais inspirados por um humanismo hoje sem sentido, por outros que, ao contrário, do que muitos pensam, não serão anti-humanistas, e muito menos anti-humanos, mas simplesmente representativos de nova concepção do humanismo. Deverá ser abandonada a preocupação de formar doutores e exegetas de coisas mortas, para que se constitua o humanismo do nosso tempo, que prezar

fundamentalmente o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse das técnicas de exploração fecunda da realidade material e as artes que exprimem o sentido original do homem brasileiro (PINTO, 1960, p. 44).

Portanto, ao identificar a imperiosa necessidade de elevação da condição do homem brasileiro, Vieira Pinto apresenta à educação como aspecto capital da teoria do desenvolvimento, sendo ela mesma a difusão final desse progresso. Aqui, uma observação parece-nos fundamental, a partir das concepções de Vieira Pinto, a de que não se tratava, no interior do Instituto, de defender nenhum interesse particular de classes.

Isto porque, no ISEB, as posições de Pinto (1960), se por um lado não exprimem nenhum compromisso político-partidário, por outro, lança a exigência de uma filosofia da educação capaz de desenvolver os rumos do progresso nacional, ao passo que a consciência só se revelaria mediante um conjunto de conceitos lógicos e de estruturas que apenas a educação poderia fornecer. Isto porque, para Pinto (1960, p. 24), “o que determina a ação deliberada é a ideia presente na consciência de cada homem”.

Quanto a isto, fica bem compreendido o que representou, como concepção fecunda, o plano pedagógico do ISEB para a realidade brasileira, executado no particular por disciplinas diferentes umas das outras, mas com prognósticos bastante comuns entre si: “orientar cada homem acerca dos estágios que o país precisaria passar para alcançar um futuro promissor”, pois como bem destacou Pinto (1960, p.38), “o processo nacional é um todo orgânico, e seu movimento é um só”.

Foi trabalhando com as representações sociais de uma época, que Vieira Pinto, em sua aula inaugural, representando o Instituto e os demais intelectuais do ISEB, esboçou um conjunto de valores que foram sendo construídos a partir do homem brasileiro e socializado pela escrita, como ferramenta indispensável na luta pelo desenvolvimento nacional, tecendo a partir de então, imagens de desejos e de esperanças. Imagens essas, que foram sendo dotadas do “fazer crer”, que aos poucos foram tornando-se verdade para seus intelectuais, que viviam “por” e em um mundo de representações.

Posto isto, parece-nos permitido avançar um pouco mais nas descobertas de alguns indícios deixados pelo isebiano Vieira Pinto, pois como bem destacou Chartier (2011, p. 249), é necessário “escutar os mortos com os olhos”. Destacamos aqui, que esta aula inaugural, lecionada por Pinto (1960), é o principal elemento de ligação entre as demais aulas que foram

sendo realizadas através do Instituto. Neste sentido, acreditamos que nela está contida toda a visão de mundo compartilhada pelos isebianos e esboçada em tempo oportuno, por Vieira Pinto.

Neste entendimento, Pinto (1960), chamou a atenção para a conjuntura vivida pelo Brasil naquele dado momento, sem que se perdesse de vista sempre às condições sócio históricas do homem brasileiro:

A comunidade brasileira alcança, nesta segunda metade do século, um momento do seu processo histórico que se caracteriza por peculiares e inéditas condições (...), não que nos tenha faltado uma linhagem ilustre de homens cultos, perspicazes e devotos, capazes de sentir e estudar o nosso ser nacional, descrevendo-lhe o panorama, como historiadores e sociólogos, interpretando-o, como políticos. O que o Brasil sabia de si mesmo era, então, o que nesses espíritos de iam revelando, e entre os dados que se tornavam evidentes, incluía-se a constatação do total mutismo das grandes massas ignorantes e apáticas, acentuava-se cada vez mais, nos pensadores do passado, a noção da sua responsabilidade pessoal, por se verem como intérpretes únicos (...), predestinados de nosso destino (PINTO, 1960, p. 11).

Com isto, Pinto (1960) entendia que as etapas do desenvolvimento nacional, obrigatoriamente, haveriam de passar pela constituição de um novo modelo de homem, que segundo ele, haviam sido interrompidas pela ordem liberal advinda da América do Norte, trazendo incertezas quanto às etapas do desenvolvimento. Neste sentido, Pinto (1960, p.15) destacou que: “só agora começamos a despertar a incompreensão do papel das grandes massas humanas que constituem o corpo nacional”.

Notemos, a partir das abordagens feitas por Pinto (1960), que há uma visão bastante otimista acerca do lugar das massas na sociedade brasileira, ao contrário dos dirigentes da primeira República, que até os tempos da Era Vargas preferiram negligenciar o papel dessa massa populacional em crescimento. De acordo com Martini (2008, p. 38), em sua tese: “para Vieira Pinto, seriam as massas o agente sobre o qual se assentaria um projeto de desenvolvimento nacional e somente da participação ativa delas, seria possível se consolidar uma verdadeira democracia”.

No que se pese, inferimos a partir das análises feitas por Pinto (1960), que o verdadeiro significado de “novo homem”, consistia no valor humano desenvolvido através da educação, como forma de clarificação social, na luta por um cenário capaz de promover a tomada de consciência não só de sua realidade como também da realidade nacional a qual viviam.

Isto fica bem evidente, quando o filósofo em suas projeções de futuro, elenca que:

Em certos momentos, com a infabilidade de uma lei do processo social, as massas, ou seja, a esmagadora maioria dos contingentes da humanidade em determinada área política da distribuição da espécie, manifestam a qualidade real de sua consciência geral, assumem o papel predominante que lhe é imanente e se impõem pela prática de ações dirigentes aos dominadores que, cândida ou violentamente, imaginam conduzir o processo; é a consciência das massas, por obscura como a primeira vista possa parecer que num só ato fornece a força da impulsão e a direção manifestada em sua progressão histórica (PINTO, 2005, p. 483).

E neste momento, para Pinto, o futuro se colocava cada vez mais desafiador, ao projetar no homem, aquilo que ele mesmo convencionou a vislumbrar como sendo uma progressão histórica. Nesta perspectiva, cumpre-nos as contribuições de Kosseleck (1990, p. 307), para o qual “Não há expectativa sem experiência, como também não há experiência sem expectativa”. Assim sendo, o olhar lançado por Pinto (1960), nos remete a uma constatação imediata: “a de que o desenvolvimento só seria possível, ou imaginado, a partir do plano homem/desenvolvimento, e não o seu contrário”.

Muito próximo dessa ideia, estaria à arguição feita por Pinto (1960), ao sustentar que o princípio do desenvolvimento nacional não deveria ser algo que confrontasse a sociedade, mas sim, que a construísse. Destarte, pode-se dizer que, para Vieira Pinto, o desenvolvimento nacional seria a ciência dos homens, já que necessário seria, em um primeiro plano, elevar a condição do saber deste homem como base para o progresso.

Desta forma, trata-se, tal como Pinto (1960) entendeu como cristalização das ideias em/na sociedade, como oportunidade de superação histórico-social. O processo de crescimento consciente não para nunca, e o que principia como manifestação vegetativa, indeterminado clamor de justiça, logo depois começa a revestir-se das formas lógicas, a tomar delineamentos especulativos, e termina na plena cristalização de uma ideia. “Quando isso se dá, o indivíduo atinge a maturidade do seu processo consciente daquilo que antes só tinha o sentimento vivo, pungente, pessoal, e tem agora representação conceitual” (PINTO, 1960, p. 18).

Há aqui, porém, um fato que nunca se esgota, não só em Vieira Pinto: “a ideia de que consciência representativa não é apenas fato de ordem psicológica”. “É, seguramente, fato de decisiva significação histórica e social” (PINTO, 1960, p. 18-19). Nota-se, da mesma forma, que Chartier (1990), já nos chamou a atenção para a força das representações como significação do mundo social. Mas o que isto quer nos dizer? Que o ISEB, no seu tempo, esteve entre práticas culturais ao encarar o problema do subdesenvolvimento como um projeto de homem novo.

Ora, ao aplicar as categorias e os dados das ciências humanas, como disciplinas indispensáveis na projeção de um país desenvolvido, se valendo da escrita como meio de

transmissão e visão de mundo, os intelectuais do ISEB foram tecendo suas práticas nos campos político e intelectual. Assim, puseram em prática as estratégias políticas e pedagógicas no seio da sociedade cinquentista, com o intuito de romper com o velho, visando o estabelecimento do novo, homem.

Por conseguinte, as características próprias da prática cultural defendidas por Pinto (1960), que conciliava novos domínios de investigação empírica ao lançar à ciência a luz do homem, e não o seu contrário, foi como que a tradução da estratégia da própria disciplina lecionada por ele, a Filosofia. Em inúmeras vezes, Vieira Pinto reivindicou o papel da filosofia como disciplina indispensável na recuperação do “ser” do homem brasileiro, como podemos notar a seguir:

faltou em nosso passado intelectual à presença da filosofia; sem dúvida, essa privação é ela mesma, efeito de condições anteriores de nossa formação (...) que, de modo geral, cifram-se na circunstância de dependência externa em que se processou todo um ciclo da nossa evolução social, que talvez somente agora se esteja encerrando, e que não permitiu que possuíssimos as necessárias condições de infra-estrutura material e suficiente aspiração autóctone para que houvesse o surto do pensamento filosófico em nosso meio (PINTO, 1960, p.12).

Ainda segundo Pinto (1960), a ausência da filosofia como instrumento necessário para a elevação da consciência, do homem, teria retardado o processo de desenvolvimento nacional, pois somente ela, de acordo Pinto (1960, p. 14), “pode fornecer um conjunto lógico de estrutura de ideias, ao passo que sem possuí-la, a nação estaria como emudecida”.

É interessante observar que, não só Vieira Pinto atribuiu à importância da disciplina (em seu caso a filosofia), na tomada do desenvolvimento nacional, pois o valor dado a cada disciplina na representação do subdesenvolvimento era consenso entre os intelectuais do ISEB. Seja através da história, representada por Werneck Sodré, seja através da sociologia representada por Guerreiro Ramos, como também a economia representada por Ignácio Rangel, como veremos mais adiante, todos estavam certos que só haveria desenvolvimento através de um projeto de educação.

Ao inscrever, desta forma, as características das práticas desenvolvidas pelos isebianos, na configuração do campo que estiveram imersos, tencionamos assinalar que qualquer reflexão sobre o projeto de educação isebiano supõem, necessariamente, a identificação da sua posição frente ao problema do subdesenvolvimento, pois assim, estaria explícito seu projeto.

Ora, as representações entre o ISEB pretenderam ilustrar outra maneira de pensar a ação desses intelectuais, dentro e fora do Instituto. O que Vieira Pinto, aqui, vem traçando através de uma prática cultural, expressa nos *habitus*, isto para chamar Bourdieu (1986) para o diálogo, é a relação imperioso entre educação, homem e desenvolvimento, respectivamente.

Sendo assim, depreende-se, a partir de Pinto (1960), que seria a partir da inter-relação entre estes três aspectos (educação, homem e desenvolvimento), que resultaria o desenvolvimento histórico. Esta tríade, para nós é categórica, pois se apresenta em concordância com os prognósticos feitos pelo ISEB e representado por Vieira Pinto, como pode ser percebido, a partir de então:

Todo mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das ideias que a cada instante do tempo humano são possuídas por um grupo social, e por isso mesmo inspiram certo projeto de futuro; o projeto é igualmente uma ideia ainda não realizada, mas pensada em função das representações atuais, e só possíveis em razão delas. Não há liberdade de arbítrio na projeção do futuro, pois só tem significação, viabilidade e eficácia o projeto que decorre do que concebemos como realidade presente (PINTO, 1960, p.19-20).

Ao elencar que os projetos só são possíveis através das representações, Vieira Pinto, de certa forma, se coloca em linha direta com o pensamento de Chartier. Isto porque, de acordo com teórico, “são estes esquemas intelectuais incorporados, que criam as figuras, graças às quais o presente pode adquirir sentido” (CHARTIER, 1990, p.17).

Nesta acepção, se o presente só existe como realidade histórica enquanto representação e valoração do anteposto, afirmava Pinto (1960, p. 20): “explica-se que a atitude mais sadiamente realista, aquela que deve caracterizar os homens objetivos, seja de fato a mais operante, a mais rica de consequência”. Logo, o que Vieira Pinto nos traz, é a ideia de que a consecução do progresso estaria inserida em um diagnóstico fundado no homem do presente, para assim, conjecturar o futuro.

Portanto, o conhecimento objetivo do campo social e político, concordando com Pinto (1960), seria a condição exata para elaborar o melhor projeto de futuro para o país. Ao que tudo indica, Vieira Pinto concebia o futuro como função imediata e contínua do presente, e se admitirmos como certas estas considerações, estaremos mais uma vez diante de um projeto cujo percurso inicia-se a partir da luta por representações e desemboca na figura do homem simbólico, como sinônimo de desenvolvimento nacional.

Para Koselleck (2006, p. 11), por exemplo, as projeções de futuro podem ser dotadas de sentido previamente definido, “não se tratando tão somente de uma alteração nos significados tradicionais, mas de uma verdadeira revolução nas maneiras de se conceber a vida em geral, de imaginar o que nela é possível ou não, assim como o que dela se deve esperar”. Esta afirmação do historiador alemão torna-se de suma importância para nós, pois assim, podemos compreender melhor Vieira Pinto, quando enfatiza “ser o desenvolvimento nacional um processo” (PINTO, 1960, p. 21).

Aqui, não se trata de um conceito vago de processo, trata-se, sobremaneira, do tempo que o projeto de educação isebiano levaria para alcançar o modelo de homem novo, já elencado por Vieira Pinto. Pois, com efeito, sabe-se, que a natureza de um processo implica referência a um fim, e como bem pontuou o próprio filósofo:

Os homens de ação pública, os homens de governo e todo os que exercem, em forma manifesta, a intervenção promotora na evolução da comunidade, perceberão que devem, previamente a qualquer iniciativa, fixar as metas futuras permissíveis pelo estado atual (...), porque o conceito de desenvolvimento como processo obriga-nos a pensa-lo sob a espécie de unidade (PINTO, 1960, p. 23).

Percebam que há uma íntima relação entre processo e unidade, nas projeções de Vieira Pinto, ambos intimamente relacionados, posto que o conceito de desenvolvimento, como processo, obriga-nos necessariamente formular políticas assentadas no tempo presente, com vistas para o tempo futuro.

Tempo este, que não deve ser encarado e tomado como algo artificial, mas como construção cultural, isto é, construção de práticas que definem as relações do presente, que segundo Koselleck (2006, p. 9), “determinam um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e as possibilidades que se lançam para o futuro”. Isto equivale dizer, que, as práticas políticas-pedagógicas exercidas pelos isebianos construíram em si mesmas as representações do já conhecido (subdesenvolvimento) e da possibilidade (homem novo), como símbolo máximo do desenvolvimento nacional.

Esta última constatação é de decisiva significação, pois parafraseando Pinto (1960, p. 30): “o desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massas”. Logo, a ideia do desenvolvimento só se realizaria plena, pela eficácia das camadas populares. Daí, a importância dada às práticas culturais (aulas, escrita, publicações, etc...), pelos isebianos históricos, pois era sabido, entre eles, que a constituição do progresso de um país dependeria de um projeto que

alcançasse, em seu primeiro momento, o homem. Para melhor exemplificar nossa constatação, vejamos o que diz Vieira Pinto:

O processo de desenvolvimento está, pois, em função direta do esclarecimento da consciência popular, ou seja, tem velocidade proporcional ao número de indivíduos nos quais se efetua a transmutação qualitativa que os conduz do estado de consciência privada ao de consciência pública (PINTO, 1960, p. 31).

No mesmo sentido, Vieira Pinto avança em desconsiderar o desenvolvimento nacional do ponto de vista político-partidário, ao explanar que: “a aceleração do progresso longe de ser intenção deliberada de grupos governamentais dirigentes, ou plano interesseiro das classes econômicas dominantes, é na verdade reclamo inevitável das massas; são estas que impõem a exigência de desenvolver-se o país” (PINTO, 1960, p. 33).

Por aqui, observa-se que a justa compreensão dos fatos nos pode propiciar uma análise histórico-cultural do processo de desenvolvimento nacional brasileiro, visto sob a ótica de um grupo de intelectuais e pensado a partir da força das representações. Isto porque, sob novas lentes, somos capazes de transformar os pontos de vista tradicionais, e introduzi-los em uma nova interpretação do que foi aquele núcleo de intelectuais engajados em um tempo histórico conhecido como desenvolvimentismo.

Pois bem, se a cadeia teórica que estamos desenvolvendo tem fundamentos de verdade, um novo prognóstico se impõe, obrigatoriamente: “O projeto de nação do ISEB não se finda no mundo ideológico, nem tão pouco no embate entre classes. Ao contrário, para nós, ele esteve fundado no “ser do homem brasileiro”, através de um projeto de educação evidenciado pela força das representações e requerido pelo intelectual, como o único meio capaz de promover o bem estar social e criar pontes rumo a um horizonte de expectativas.

Isto porque, concordando com Chartier (1990), as representações e percepções do mundo social não são de forma alguma discursos neutros, já que são elas que produzem práticas. Aqui, como exemplo, Vieira Pinto teceu práticas como a escrita e a retórica em sala de aula, com o desejo de projetar no outro as expectativas necessárias para se alcançar um futuro pensado a partir do presente, que pudesse contemplar o maior número possível de indivíduos.

Deste modo, torna-se necessário, considerar que este novo modelo de homem (simbólico), foi parte fundamental da ação dos isebianos na e pela construção de ações que objetivavam a organização do campo social, definido assim, pelo conjunto de estratégias política e pedagógica necessária para cisão com o subdesenvolvimento. Assim, para que se

justifique nossa construção teórica, destacamos Chartier (1990, p. 19), que recorda-nos que “a tradição do idealismo crítico designa assim por forma simbólica todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo das representações”.

Com isto, os indícios deixados por Vieira Pinto nos conduz, obrigatoriamente, a uma reflexão sobre o modo que o ISEB traçou seu projeto de desenvolvimento, colocando em descontinuidade as formas de determinismo histórico ao idealizar no homem, o símbolo do progresso. Nas palavras do próprio filósofo, “o progresso nacional é mais do que a simples justaposição das classes dirigentes; é a existência de quadros intelectuais capazes de pensarem o projeto de desenvolvimento sem fazê-lo à distância, mas consubstancialmente com as massas” (PINTO, 1960, p. 35).

Isto posto, fica, portanto, bem compreendido o que representou como concepção fecunda, as práticas representadas pelos intelectuais do ISEB, realizadas, sobretudo, por disciplinas inclinadas para a transformação nacional. Do que precede, dizia Pinto (1960, p. 42), “o desenvolvimento não é adoção feita pelas classes (...), ao contrário, é transmutação que se opera na intimidade do homem; é processo imanente, isto é, que constitui a noção social da educação”.

Portanto, contribuir para a constituição da noção social da educação assim como entendido por Pinto (1960), e propagado pelo isebianos históricos, eis a tarefa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como representação ao desenvolvimento nacional. Neste sentido, coube ao Instituto, centralizar a ação intelectual na condução de uma missão bem definida, a de pensar o tipo de homem que conduziria a futura nação.

Deste modo, Vieira Pinto assumindo a responsabilidade do projeto político-pedagógico do ISEB, na transformação social do Brasil, dizia:

Não será obra dos que nele vão ensinar (...), mas daqueles que virão frequentar suas aulas e associar-se aos debates que se travarão nos seminários a se realizarem diariamente e aos trabalhos de investigação, em todos os setores da vida brasileira, a serem empreendidos pelos grupos que procederão a exaustivo exame dos nossos problemas. Dada à natureza do pensamento que configurou o Instituto, e lhe deu um rumo a seguir e um resultado a alcançar, compreende-se a razão de ser do estudo da Filosofia no seu currículo, especialmente o das correntes filosóficas contemporâneas, ao lado dos setores mais centrais da Sociologia, da Economia e da Ciência Política (PINTO, 1960, p. 46).

Uma questão importante aqui estaria, em compreender o papel que cada disciplina das ciências humanas ocupou no ISEB como dispositivo necessário para pensar o homem novo, e como consequência o desenvolvimento. Isto porque, ficou clara, a defesa, por diversas vezes, da filosofia como mediadora entre o presente e o futuro, ou seja, entre a experiência e a expectativa, nas concepções de Vieira Pinto.

Tal reflexão, sem dúvidas, nos orienta a pensar o projeto de educação do ISEB como unidade de referência do desenvolvimento, que demandou a produção de saberes em uma instituição certa de sua responsabilidade na estruturação de uma política educacional capaz de promover o bem estar social ao maior número de indivíduos.

Em suma, no intuito de avançarmos, gostaríamos de pensar junto ao sociólogo Guerreiro Ramos, o tema do poder nacional, abordado por ele, na tentativa de melhor entendermos de que modo essa aula foi tratada fora dos quadros simplesmente jurídico-formais e colocada em termos dinâmicos, como algo em transformação, condicionada por fatores que variaram historicamente, sem que com isso percamos de vista o papel da escrita como mecanismo de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, gostaríamos de elencar estes resultados começando pelo significado de educação circulado pelo ISEB, através de seus intelectuais, por meio de práticas culturais como a escrita, as publicações e as aulas, como elemento difusor do modelo de futuro/homem. Assim sendo, através das fontes por nós analisadas, podemos afirmar que o que tipificou a educação no ISEB foi à intervenção no mundo social, na problemática do subdesenvolvimento, fazendo circular um ideal de novo homem como símbolo de progresso.

Destarte, engajados nas problemáticas do seu tempo e interferindo em seu curso, tendo a escrita como ferramenta de luta, os escritos dos isebianos tinham como objetivo principal, disseminar as representações do “novo modelo de homem”. Esta constatação seria vazia, se não fosse às contribuições teóricas de Roger Chartier, já que para este teórico, as representações são produtoras da realidade, ao passo que também as produzem.

Todas as fontes por nós analisadas, apesar de partirem de pressupostos teóricos distintos umas das outras, apontam para uma mesma direção, qual seja; o alcance do homem brasileiro através da educação. Eis o propósito da educação circulada pelo ISEB: “alcançar as massas através das práticas em movimento no Instituto, na tentativa de convencer a política

desenvolvimentista de JK que só haveria desenvolvimento nacional com a educação das mesmas, convertendo assim os recursos ociosos do país em melhoramento social, cultural e econômico para a sociedade”.

REFERENCIAS

ALVES, Alzira de Abreu: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas.** São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuições para uma economia dos bens simbólicos.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual.** Itinerário de un concepto. s/l: Montessor, 2002.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo, Editora da Unesp, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura brasileira.** MEC, Rio de Janeiro, 1958.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes.** Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A força das representações: história e ficção /** João de Castro Rocha (Org). Argos, 2011.

CHARTIER, Roger. **História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estud, São Paulo V.S, N, 11, abril, 1991.

CHARTIER, Roger: **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes – ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHARTIER, Roger; Bourdieu, Pierre. **A leitura: Uma Prática Cultural.** Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: Chartier, R. (org) *práticas de leitura.* São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.229-254.

_____, (1959 3º ed). **Ideologia e Desenvolvimento Nacional.**

ISEB/MEC

KOSELLECK, Reinhart, 1923-2006, **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Le Goff, Jacques, 1924, **História e Memória** - Campinas, SP, Editora da UNICAMP. 1990.

LEITE, Juçara, Luzia/ ALVES, Claudia. **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e política**. - Vitória: EDUFES, 2011.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORTIZ, Renato. **Civilização brasileira e identidade nacional**. Editora brasiliense. São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Maria Teresa, C. **O ISEB e seu projeto de educação ideológica**. In: Associação Nacional de História (ANPUH), XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Anais... São Leopoldo: Simpósio, 2007.

PAIVA, Vanilda Pereira: **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000, p. 163 .

PÉCAUT, Daniel, **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: “Entre o Povo e a Nação”. Ed, Ática, 1990.

POSTERNAK, Léo. **Intelectuais do ISEB e populismo: modernização e nacional-desenvolvimentismo**. In: Associação Nacional de História (ANPUH), XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. Anais... São Paulo, 2011.

SIRINELLI, J-F. Os Intelectuais. In: Rémond, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro de (org): **Intelectuais e Política no Brasil; a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro, Revan 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: **Fábrica de Ideologias**. 2. Ed. São Paulo, Ática, 1978.

VALE, Antônio Marques. **O ISEB, os Intelectuais e a Diferença: Um diálogo Teimoso na Educação**. São Paulo, Editora Unesp, 2006.